

Nem tudo merece medalha

V valor.com.br/cultura/5056910/nem-tudo-merece-medalha

28/07/2017

O ginasta Arthur Nory Mariano, medalha de bronze no Rio, continua a morar na mesma casa, a cursar educação física à noite e sem patrocinadores individuais

Filho de pai judoca e mãe nadadora, Arthur Nory Mariano foi protagonista de alguns dos minutos mais dramáticos da Olimpíada no Rio. Nono lugar nas eliminatórias para a prova de solo, o ginasta brasileiro seguiu para a final porque havia três japoneses entre os oito mais bem colocados, um a mais que o permitido. Não era, portanto, um favorito ao pódio. Mas depois de uma apresentação inspirada, ele se agachou e esperou, com a cabeça escondida entre os braços, o resultado dos três competidores que o sucederam - e que poderiam tirar sua chance de medalha. A espera valeu a pena: a nota de 15.433 pontos garantiu a medalha de bronze a Nory e o tornou um dos atletas favoritos do público. Isso foi em agosto do ano passado. Agora, perto de os Jogos completarem um ano, ele continua a morar na mesma casa, em São Paulo, a treinar seis horas por dia e a cursar educação física à noite. Também permanece com o mesmo número de patrocinadores individuais: nenhum.



"Fiz uns 'freelances' de publicidade [depois da Olimpíada] e fui convidado para desfilhar na São Paulo Fashion Week", afirma Nory, o esportista mais buscado pelos brasileiros no Google em 2016, à frente do nadador americano Michael Phelps e do velocista jamaicano Usain Bolt. "Sou muito grato aos apoios que recebo", diz ele ao **Valor**, no intervalo de um treino, numa manhã de sol em São Paulo. Os apoios incluem um contrato com o Esporte Clube Pinheiros, renovado até 2020; uma bolsa do governo federal e a participação no programa de alto rendimento das Forças Armadas. "Sem isso, não teria como participar do esporte."

Não se trata de vitimizar os atletas brasileiros. A maior parte do pelotão de elite nacional ganha o suficiente para treinar e viver bem, dizem profissionais do setor, o que já ocorria antes dos Jogos do Rio. A Olimpíada proporcionou a esses atletas a chance de se apresentar em casa, no maior espetáculo esportivo do mundo, e aproximou o público de modalidades a que se dava pouca atenção, como salto com vara e canoagem, que também levaram brasileiros ao pódio.

São virtudes inegáveis dos Jogos. O que a Rio 2016 não conseguiu, porém, foi provocar uma onda capaz de modificar as bases do esporte olímpico no país e fazer com que mais atletas em formação - e que continuam a enfrentar duras condições de vida - tenham condições de alcançar o topo olímpico, rumo à esperada estabilidade financeira. É um problema estrutural que impede mais talentos de amadurecer e coloca nas costas de um pequeno grupo de atletas a pressão por medalhas.

"Confesso que, no início, por ter a referência de outras olimpíadas, fiquei um pouco preocupado [com a organização dos Jogos no Rio]", diz Thiago Braz, medalha de ouro no salto com vara, com a marca de 6,03 metros, um recorde olímpico. "Depois, me surpreendi. Houve problemas técnicos, mas que foram solucionados. Foi 'top'", afirma o atleta ao **Valor**.

Abandonado pelos pais quando tinha dois anos de idade, Braz foi criado pelos avós, em Marília, no interior de São Paulo. Desde 2014, ele vive em Fómia, na Itália, onde treina com o ucraniano Vitaly Petrov, o técnico de heróis olímpicos como Sergey Bubka, outro ucraniano, e a russa Yelena Isinbayeva.

A medalha de ouro Rafaela Silva: após os Jogos, a judoca conseguiu manter os patrocínios anteriores e fechou um acordo com a Nike

Fã de aeromodelismo, Braz continua com os dois patrocinadores que já tinha antes dos Jogos no Rio - a Caixa Econômica Federal e a Nike. "Eu não posso reclamar", diz, sobre suas condições atuais, "mas ainda não tenho estabilidade financeira". A vida na Itália, afirma, proporciona tranquilidade quanto à rotina de treinos. "Fico completamente focado." O lado ruim é a saudade de casa, principalmente da família, da comida e de falar português. "A gente sempre tem saudades da terrinha", diz o recordista.



A judoca Rafaela Silva, primeira medalha de ouro do Brasil na Rio 2016, também tem motivos para sentir saudade de casa, embora continue a morar no Rio. Desde o fim dos Jogos, ela viajou para França (onde ficou em 5º lugar no Grand Slam de Paris), Geórgia (prata no Grand Prix de Tbilisi), Panamá (foi derrotada na primeira luta do Pan-Americano) e Rússia (bronze no Grand Slam em Ecaterimburgo). O próximo destino é Budapeste, na Hungria, que vai sediar o campeonato mundial. "É a competição-alvo deste ano", diz a atleta.

Rafaela cresceu na Cidade de Deus, a favela carioca que ganhou fama mundial depois de ser retratada pelo diretor Fernando Meirelles no filme homônimo, indicado a quatro Oscar em 2004. Na Olimpíada de 2012, em Londres, a judoca foi alvo de críticas racistas nas redes sociais, depois de ser desclassificada por causa de um golpe irregular numa adversária. A onda de ódio digital foi tão forte que ela precisou buscar ajuda psicológica para não desistir do esporte.

O ouro no Rio ajudou a enterrar esse passado. "Fui recebida de uma forma diferente pelas pessoas nas redes sociais e nas ruas", diz. "Hoje, qualquer coisa que eu poste, mil pessoas curtem, comentam. Mudou muito. Ganhei muitos seguidores. São mais de 300 mil no Instagram. Essa disputa eu ganho do Teddy Riner [judoca francês de 2,04 metros e bicampeão olímpico que, no Rio, completou 112 lutas sem perder]."

Na Olimpíada de 2016, Rafaela contou com patrocínios pessoais da construtora e incorporadora Fernandes Araujo e da Embratel, além de outras fontes de apoio, como o Instituto Reação. "Após os Jogos apareceram algumas oportunidades pontuais com outras empresas. Consegui manter os patrocínios anteriores e fechei um acordo com a Nike", conta. A renda é complementada por palestras em empresas. "[A vida] melhorou bastante. Já consegui comprar uma casa para mim e ajudar minha família."

Formar atletas olímpicos é, em grande parte, uma questão de planejamento. No Esporte Clube Pinheiros, de São Paulo, esse processo funciona como uma pirâmide. No topo, estão entre 280 e 300 atletas de alto desempenho, incluindo Nory, Braz e o nadador Cesar Cielo, considerado o melhor da modalidade na história olímpica brasileira, embora tenha ficado fora da Rio 2016. A faixa seguinte é composta por 1,2 mil pessoas, entre 14 e 19 anos, que também participam de competições. Na base ficam entre 2,5 mil e 3 mil crianças e pré-adolescentes de 4 a 14 anos, que participam de escolinhas em diversas modalidades. Na Olimpíada do Rio, o Pinheiros respondeu por 64 atletas, ou 20% da delegação brasileira, e 10% das medalhas conquistadas.

O orçamento destinado pelo clube à prática esportiva é de mais de R\$ 200 milhões por ano. Um quarto desse montante vai para o esporte olímpico. Dessa fatia de R\$ 50 milhões, cerca de R\$ 30 milhões têm origem na contribuição dos 39 mil associados do Pinheiros e os demais R\$ 20 milhões vêm de patrocinadores e projetos baseados em leis de incentivo, o que inclui recursos públicos.

Medalha de ouro, Braz continua com os dois patrocinadores. "Eu não posso reclamar", diz, sobre as condições de vida atuais, "mas ainda não tenho estabilidade financeira"

A direção do clube tem feito reuniões com o Comitê Olímpico Brasileiro e as diversas confederações esportivas para mapear os vencimentos dos atletas de ponta. Mesmo com a redução das verbas em alguns programas após a Olimpíada, a maioria desses esportistas é bem paga, diz Arnaldo Queiroz, diretor de esportes do Pinheiros. Dependendo do caso, a renda pode chegar a R\$ 30 mil mensais ou ir além disso, contando com ajuda dos clubes, bolsas do governo, patrocínio de confederações e participação em outras iniciativas.



"Os Jogos representam uma influência positiva para as próximas gerações, em aspectos como a melhoria da formação dos profissionais e da autoestima dos esportistas", diz Queiroz sobre a Rio 2016. Isso não significa, porém, um salto automático na formação de atletas de alto nível.

O Brasil não foi mal no Rio. Pelo contrário, registrou seu melhor desempenho desde que passou a concorrer nos Jogos de Antuérpia, na Bélgica, em 1920. Apesar dessa melhora, os resultados ficaram abaixo da meta do Comitê Olímpico Brasileiro, de acabar entre os dez primeiros lugares. Com 19 medalhas, sete de ouro, o país ficou em 13º. Na classificação histórica, desde os primeiros Jogos da era moderna, em Atenas, 1896, ocupa o 35º posto, com 30 medalhas de ouro. Chegar aos 10 primeiros lugares vai exigir um enorme esforço. A extinta Alemanha Oriental, na 10ª posição, chegou a reunir 153 medalhas douradas. Os EUA, maior vencedor, detêm 1022.

"O que falta ao Brasil é fazer com que as políticas educacional e de esportes caminhem lado a lado. Os dois ministérios deveriam trabalhar em conjunto", afirma Queiroz. Os americanos, diz ele, incentivam a prática do esporte dentro da escola, a partir da "high school", o equivalente ao ensino médio no Brasil. A ênfase prossegue nas universidades, convertidas em um bolsão de talentos para as ligas esportivas profissionais.

É uma questão quantitativa, afirma o dirigente. Times olímpicos nacionais são definidos basicamente por provas seletivas. Em países como os EUA, com um contingente amplo e homogêneo de atletas, se uma estrela não vai bem e fica de fora, é grande a chance de que outra, do mesmo nível, a substitua. No Brasil, onde as chances de medalhas se concentram em um pequeno número de nomes, a ocasional ausência de um deles é mais sentida porque não há tantas opções de substituição. "Por causa da miscigenação étnica, o brasileiro é muito veloz, flexível, tem força. Se fizéssemos esse direcionamento [associando educação e esportes], teríamos condições de chegar a ser a terceira ou quarta potência olímpica em uma década", afirma o diretor do Pinheiros.

Na falta dessa política unificada, a formação dos atletas é suprida, em grande parte, por clubes e projetos esportivos, muitos deles destinados a pessoas de baixa renda. O canoísta Isaquias Queiroz, primeiro brasileiro a vencer três medalhas em uma única edição dos Jogos, começou em um projeto social da Associação Cacaueira de Canoagem em sua cidade natal, Ubaitaba, no sul Bahia. Rafaela Silva teve sua formação no Instituto Reação, um projeto do judoca Flávio Canto, com seis polos no Rio. "Quanto mais projetos assim tivermos, mais crianças carentes terão oportunidade de mudar de vida e, quem sabe, novas Rafaelas surgirão", diz a medalhista.

Para Queiroz, do Pinheiros, os Jogos são influência positiva para as próximas gerações: melhoria da formação dos profissionais e da autoestima dos esportistas

As Forças Armadas emergiram da Rio 2016 como um agente importante do esporte olímpico. Da delegação brasileira de 465 atletas, 145 eram militares. E das 19 medalhas conquistadas, 13 vieram de atletas militares. A meta original era enviar 100 atletas e conquistar dez pódios. "Hoje, contamos com 627 atletas militares. Não houve redução no nosso programa e já começamos o planejamento do próximo ciclo olímpico", diz o almirante Paulo Zuccaro, diretor do Departamento de Desporto Militar do Ministério da Defesa.



O Programa de Atletas de Alto Rendimento começou em 2008, depois de o Brasil ter sido escolhido para sediar, em 2011, os Jogos Mundiais Militares. O objetivo era incorporar esportistas de ponta para melhorar o desempenho do país no torneio. Até então, o Brasil costumava ficar entre o 30º e o 35º lugares na competição. Na primeira edição após a adoção do programa, o país ficou em primeiro lugar. "O resultado confirmou o acerto [da iniciativa]", diz o almirante Zuccaro.

A Marinha deu início ao programa, seguida pelo Exército e a Força Aérea. Periodicamente, cada força publica um edital para selecionar atletas militares. Os escolhidos não precisam comparecer regularmente aos quartéis ou seguir a rotina de soldado. A maioria ingressa com a patente de terceiro-sargento e um salário mensal de R\$ 3,5 mil. Eles contam com os benefícios de qualquer militar - férias, 13º salário, adicionais etc - e podem treinar nas instalações militares. O programa conta com um orçamento anual na faixa de R\$ 23 milhões, com recursos vindos dos ministérios da Defesa e dos Esportes.

A ação das Forças Armadas despertou críticas durante a Rio 2016. A reclamação era que os militares chamavam para suas fileiras atletas já formados, como uma forma de propaganda. Mas nem todos os atletas militares chegam preparados ou vêm de fora dos quartéis, afirma o almirante. "O [pugilista] Robson Conceição entrou para a Marinha sete anos antes de se tornar campeão olímpico e, em muitos momentos, dependeu exclusivamente disso." Conceição, que ganhou uma medalha de ouro, tornou-se profissional depois dos Jogos. Desde então, venceu as quatro lutas de que participou, três por nocaute.

Em paralelo ao programa de alto rendimento, funciona outra iniciativa. É o Programa Forças no Esporte, dedicado à iniciação esportiva de crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos. Atualmente, são atendidas 22 mil crianças em 160 unidades militares espalhadas pelo país. A meta é chegar a 30 mil até o fim do ano. Os núcleos têm 100 participantes e contam com um professor de educação física para as aulas, duas refeições por dia e atividades extras, como música, dependendo da unidade onde estão. "É um plano de inclusão social, mas começamos a usá-lo para revelar talentos olímpicos. Quem nos critica é porque não conhece o programa", diz o almirante.

A herança esportiva propriamente dita não é a única questão que se impõe passado um ano desde os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, iniciados em 5 de agosto e encerrados em 18 de setembro. Outros pontos vitais são os reflexos na economia e infraestrutura.

Como se temia, os principais parques olímpicos - localizados na Barra da Tijuca e em Deodoro, na zona oeste do Rio - viraram desertos assim que a tocha olímpica se apagou, no Maracanã. Desde então, a missão de dar uso às instalações vem abrindo espaço para pequenos eventos regionais, mas esse expediente tem se mostrado insuficiente para superar a forte ociosidade.

Ao todo, a Olimpíada de 2016 consumiu mais de R\$ 41 bilhões. Só as instalações esportivas custaram R\$ 7,23 bilhões, com 58,6% dos recursos de origem privada, segundo a mais recente versão da Matriz de Responsabilidades dos Jogos. O valor seria suficiente para construir 18 instalações similares à Arena das Dunas, o estádio para mais de 42 mil espectadores construído para a Copa do Mundo de 2014 em Natal (RN), ao custo de

R\$ 400 milhões. A conta também inclui mais de R\$ 9 bilhões gastos pelo comitê organizador e R\$ 24,6 bilhões investidos em obras de infraestrutura e mobilidade na cidade do Rio de Janeiro.

A gestão do Velódromo Olímpico foi assumida pela Autoridade de Governança do Legado Olímpico: planos para evitar os elefantes brancos

Para o ex-prefeito Eduardo Paes (PMDB), que governou a cidade de 2009 (ano em que o Rio ganhou o direito de sediar os Jogos) até o ano passado, muitos ganhos de infraestrutura e mobilidade não teriam sido obtidos sem a pressão gerada pela condição de cidade-sede. Na lista, cita Paes, estão a Linha 4 do metrô, a revitalização da região portuária, obras contra enchentes, a construção de dois corredores exclusivos para ônibus articulado e de um sistema ainda incompleto de veículo leve sobre trilhos.



Mas segundo o deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), essas obras já deveriam ter sido executadas nos últimos anos, sob um planejamento que não era novo. O esforço concentrado, entende Rocha, acabou contribuindo para agravar o endividamento do Estado. Mesmo considerando que mais de metade das obras foram financiadas com recursos privados, a mais cara delas - a Linha 4 do Metrô - custou R\$ 10,4 bilhões e ficou a cargo do governo estadual.

Paes, que está morando nos Estados Unidos desde o término do seu mandato, em dezembro do ano passado, diz que a Olimpíada não tem nada a ver com a crise do Estado. Ele ressalta que somente em 2016 o Estado do Rio recebeu do governo federal R\$ 2,9 bilhões para fazer frente aos compromissos olímpicos. Segundo o ex-prefeito, mesmo o Metrô foi pago em parcelas, majoritariamente com financiamento via BNDES, cujos empréstimos para a obra foram de quase R\$ 8 bilhões.

Se a contribuição dos Jogos para as crises fluminense e carioca é passível de discussão, é unânime que a crise tem sido um elemento essencial para o até agora pífio resultado colhido pela cidade como bônus da competição. "A Olimpíada foi um sucesso na realização e gerou uma boa imagem do brasileiro, seja em termos de marca global, seja em termos de atração potencial de turismo", diz o economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). O problema, afirma, é que "as crises política e econômica atuais ofuscaram o legado e não permitiram o aproveitamento dos ganhos".

Em particular, a vocação turística do Rio foi comprometida. "[O turismo poderia disparar depois da boa imagem da Olimpíada, [mas] não há como crescer [o turismo] com serviços como segurança e saúde às portas do colapso", diz Afonso.

Para o economista **Marcelo Neri**, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV) e ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o tema sobre o legado olímpico não vai gerar "nem uma história só de fracassos e nem só de sucessos". Segundo ele, os estudos socioeconômicos do CPS mostram que desde a década de 70 a cidade do Rio já vinha perdendo espaço em relação à sua própria região metropolitana em indicadores como renda, educação e condições sanitárias. Após o anúncio da conquista dos Jogos, houve uma inversão dessa tendência. Para Neri, "os Jogos deram um horizonte futuro" que foi retirado pela crise.

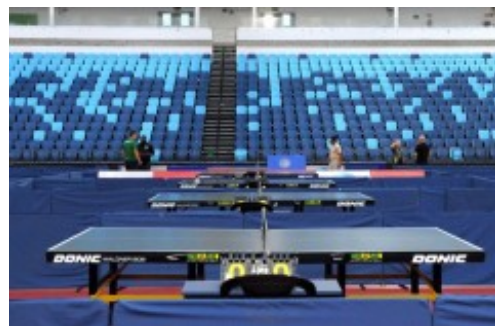
O pesquisador da **FGV** também considera que houve erros estratégicos graves, como a decretação do estado de calamidade financeira pelo Estado do Rio em junho de 2016, menos de dois meses antes da abertura dos Jogos. "Quando você faz um evento é para melhorar sua marca. Nós aproveitamos essa janela para afundar de vez."

Para Pedro De Lamare, presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes do município do Rio, a situação está tão ruim que "a Olimpíada parece distante". Ele diz que houve avanços na mobilidade urbana, mas que não há como

falar em legado neste momento. Paralelamente à queda dos negócios - as vendas do comércio fluminense caíram 6,1% no primeiro trimestre, contra 3% no país inteiro -, houve "um recrudescimento exponencial da violência" em um Estado quebrado cujo funcionalismo, elemento importante na engrenagem dos negócios, deixou de comprar porque os salários estão atrasados. "Como fazer um calendário de eventos para uma cidade com tantos problemas?", pergunta o empresário.

Arena Carioca 1: a meta é conseguir dar sustentação ao uso das instalações também no longo prazo, com soluções que podem incluir parcerias com o setor privado

Alfredo Lopes, presidente regional do Rio de Janeiro da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, tem uma visão mais otimista. Vencida a crise e o período de transição, diz ele, o Rio ainda vai desfrutar do ganho histórico de 25% que as cidades que sediaram a Olimpíada tiveram no fluxo turístico após o evento. O Rio aumentou sua rede hoteleira de 30 mil quartos em 2009 para 58 mil em 2016 e está mais preparado para atrair grandes eventos, afirma Lopes. Os números mostram que de janeiro a junho o índice de ocupação da rede hoteleira do Rio foi de 51,33%, contra 60,67% no mesmo período do ano passado. No período, houve um acréscimo de 5,2 mil unidades na oferta de quartos.



A ocupação das instalações esportivas não tem mostrado sinais muito melhores que os da economia, apesar de esforços recentes, como a criação da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo), no fim de março. Com a nova organização, que substituiu a Autoridade Pública Olímpica, o governo federal assumiu a gestão de quatro das principais instalações do Parque Olímpico da Barra da Tijuca: a Arena Carioca 1 e a 2, o Velódromo Olímpico e o Centro Olímpico de Tênis.

De acordo com Paulo Márcio Dias Mello, presidente da Aglo, a estimativa de gastos com a manutenção dessas instalações é de R\$ 45 milhões por ano. O velódromo, por exemplo, precisa ficar com o ar-condicionado ligado 24 horas ininterruptas para não afetar a madeira usada na construção da pista. Por causa disso, a conta de luz chegava facilmente a R\$ 320 mil por mês. Com medidas de economia, diz Mello, o valor foi reduzido para R\$ 180 mil.

O presidente da Aglo se diz otimista com a perspectiva de construir um calendário de eventos para ocupar as arenas em curto e médio prazos. Como a Aglo tem existência prevista somente até 30 de junho de 2019, a meta é conseguir dar sustentação ao uso das instalações também no longo prazo, com soluções que podem incluir parcerias com o setor privado. "O fundamental é entender que elas não podem virar elefantes brancos", afirma.

Até o início de julho, diz Mello, estavam confirmados dez eventos, além de 35 outros pedidos, nem todos na área esportiva. Nos dias 8 e 9 de julho, a Arena Carioca 1, com capacidade para 6,5 mil pessoas, recebeu uma etapa do Circuito Interestadual de Tênis de Mesa. A lista de programação prevê eventos de tênis, judô, jiu jitsu, ciclismo, badminton e outras modalidades.

O pinho da Sibéria que reveste a pista do velódromo enfrentou a ameaça de uma goteira nas chuvas fortes de junho, mas resistiu sem sequelas, diz Mello. Às terças e quintas-feiras, ciclistas de vários níveis treinam na pista.

Apesar dos esforços, quem chega em um dia de semana às proximidades do Parque Olímpico da Barra vê um imenso depósito de arenas gigantes. Poderia ser pior, não fosse a crescente movimentação de caminhões levando material para a montagem das instalações do Rock in Rio, que, neste ano, se transferiu da Cidade do Rock, também na Barra da Tijuca, para o pátio do Parque Olímpico. O evento será em setembro. Foram vendidos 700 mil ingressos para as sete noites de apresentações.

Integrando o conjunto, cuja gestão é dividida entre a Aglo e a Prefeitura do Rio, a Arena do Futuro, que sediou o

handebol olímpico, e o conjunto das piscinas olímpicas aguardam desmonte, ainda sem cronograma. A Arena Carioca 2 virou um galpão sem arquibancadas, que será utilizado como centro de treinamento olímpico de várias modalidades. A Arena Carioca 3, sob gestão da prefeitura, vem sendo utilizada em parceria com federações de diversos esportes.

Distante alguns quilômetros da Barra, o Parque Olímpico de Deodoro não vive dias melhores. O Parque Radical, onde foram disputadas modalidades como canoagem e ciclismo BMX, está fechado desde dezembro. A gestão das instalações também está a cargo da prefeitura e não há prazo para reabertura. As demais instalações, localizadas em área da Vila Militar, estão sob gestão do governo federal, por intermédio do Exército.

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro vem cobrando medidas para efetivar o legado olímpico. O procurador Leandro Mitidieri afirma que "tem um olhar crítico em relação ao que vinha sendo feito", mas diz que com a divulgação do Plano do Legado pela Aglo, em meados de junho, é preciso aguardar o desenrolar dos acontecimentos para saber como as coisas vão caminhar.

Crítico da realização de grandes eventos esportivos sem consulta prévia aos cidadãos, o procurador destaca o caso recente de Boston, nos Estados Unidos, cuja população rejeitou a disputa pelos Jogos de 2024 após "desvendar os verdadeiros custos do evento e avaliar a relação custo-benefício". Além de Boston, desistiram de concorrer as cidades de Oslo (Noruega), Hamburgo (Alemanha) e Budapeste (Hungria).

Entre atletas e dirigentes, os olhos já estão voltados para Tóquio, sede dos Jogos de 2020. Parece longe, mas no meio olímpico não há tempo a perder. "É legal os patrocinadores perceberem que a preparação começa agora e não dois anos antes. Precisamos de muita ajuda para estar preparados quando estiver faltando apenas um ano e, então, competir nos Jogos", afirma Braz.

Aos 23 anos, Nory espera continuar no esporte mesmo depois de parar de competir. Mas isso vai demorar. Ele ainda quer participar de mais duas olimpíadas. O caminho é repetir os exercícios à exaustão para manter a regularidade dos resultados e garantir apresentações como a que levantou público no Rio. "O esporte é imprevisível", diz ele.